CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Decisão de Dino detalha suspeitas contra Mario Frias e Karina Gama e cita Dark Horse

Ministro aponta indícios de desvio de emendas parlamentares, lavagem de dinheiro e organização criminosa

Fonte original: R7. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	R7 (noticias.r7.com)
Autor	R7.com
Data de publicação	11/09/2026 02:00
URL original	https://noticias.r7.com/brasilia/decisao-de-dino-detalha-suspeitas-contra-mario-frias-e-karina-gama-e-cita-dark-horse-11092026/
Relevância	Baixa · Investigação e Justiça · Notícia
Pessoas citadas	Karina Gama, Mário Frias, Flávio Dino, Jair Bolsonaro
Organizações	Instituto Conhecer Brasil (ICB), Complexsys, Academia Nacional de Cultura (ANC), Supremo Tribunal Federal
Data da coleta	29/09/2026 10:07
Situação	No ar · última verificação 25/11/2026 15:05
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• A decisão cita transferências entre a Complexsys, o ICB, a Academia Nacional de Cultura (ANC), Mário Frias e a empresa Go Up Entertainment.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / R7

RESUMO

A decisão do ministro Flávio Dino, do STF (Supremo Tribunal Federal), detalha as suspeitas contra o deputado federal Mário Frias (PL-SP), a produtora Karina Gama e outros investigados por suposto desvio de recursos de emendas parlamentares. A decisão cita transferências entre a Complexsys, o ICB, a Academia Nacional de Cultura (ANC), Mário Frias e a empresa Go Up Entertainment. Siga o canal do R7, o portal de notícias da RECORD, no WhatsApp

A decisão do ministro Flávio Dino, do STF (Supremo Tribunal Federal), detalha as suspeitas contra o deputado federal Mário Frias (PL-SP), a produtora Karina Gama e outros investigados por suposto desvio de recursos de emendas parlamentares. O documento cita a relação entre Frias e Karina, que participou da produção do filme “Dark Horse”, sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro.Segundo Dino, existem “fortes indícios de uma única organização criminosa” estruturada para captar, disseminar e ocultar recursos provenientes de verbas públicas. Na avaliação do ministro, Frias aparece como um dos principais integrantes da estrutura investigada.A apuração envolve suspeitas de peculato, fraude em licitação ou contrato, frustração do caráter competitivo de licitação, lavagem de dinheiro e formação de organização criminosa. A decisão também menciona possíveis crimes de contratação direta ilegal, falsificação de documentos, falsidade ideológica, uso de documento falso, emprego irregular de verbas públicas e advocacia administrativa.O caso começou a partir de uma auditoria da CGU (Controladoria-Geral da União) sobre R$ 2 milhões em emendas parlamentares de autoria de Frias, destinadas ao ICB (Instituto Conhecer Brasil). Segundo a investigação, foram identificadas irregularidades em contratos, fornecedores e documentos relacionados à aplicação dos recursos.Entre as suspeitas está a produção de documentos depois da realização dos contratos e serviços. A PF identificou datas incompatíveis nos arquivos e outros elementos que, segundo a decisão, podem indicar uma tentativa de criar posteriormente uma aparência de regularidade para operações que já haviam ocorrido.A investigação também aponta possíveis movimentações financeiras entre empresas e entidades ligadas aos envolvidos. A decisão cita transferências entre a Complexsys, o ICB, a Academia Nacional de Cultura (ANC), Mário Frias e a empresa Go Up Entertainment. Para Dino, os fluxos podem indicar um circuito de circulação, fragmentação e ocultação de recursos.As transferências feitas por Frias à Go Up também chamaram a atenção dos

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

investigadores. Segundo a decisão, os valores seriam incompatíveis com a renda declarada pelo deputado e com os créditos identificados em suas contas, o que, para Dino, reforça a necessidade de investigar a participação do parlamentar na estrutura financeira.Karina Gama aparece na decisão como empresária ligada à produção de “Dark Horse”, filme sobre Jair Bolsonaro. O documento também registra a proximidade política entre ela e Frias: Karina participou da campanha do deputado em 2022, e uma empresa ligada a ela prestou serviços à campanha.Posteriormente, o Instituto Conhecer Brasil, entidade que recebeu os R$ 2 milhões em emendas de autoria de Frias, passou a integrar o conjunto de entidades investigadas. Para a PF, as relações políticas, empresariais e financeiras entre os envolvidos ajudam a explicar a possível conexão entre os diferentes núcleos da investigação.Dino autorizou buscas e apreensões contra os investigados, incluindo celulares, computadores, documentos e outros dispositivos eletrônicos. Também determinou a suspensão das atividades de algumas entidades, impôs restrições a empresas para novos contratos com o poder público e proibiu o contato entre determinados investigados.O ministro ainda determinou restrições para que alguns dos envolvidos deixem o país. As medidas foram justificadas pela possibilidade de destruição ou alteração de provas, combinação de versões e risco de fuga.Fique por dentro das principais notícias do dia no Brasil e no mundo. Siga o canal do R7, o portal de notícias da RECORD, no WhatsApp

Crimes-Emendas parlamentares-Flávio Dino-Lavagem de dinheiro

Fonte original: https://noticias.r7.com/brasilia/decisao-de-dino-detalha-suspeitas-contra-mario-frias-e-karina-gama-e-cita-dark-horse-11092026/ · Coletado em 29/09/2026 10:07 · Gerado em 28/11/2026 00:00

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.